

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	43
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	45
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>262.452</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	2.063.096	1.943.957
1.01	Ativo Circulante	335.429	235.468
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	273.889	173.353
1.01.03	Contas a Receber	52.074	53.460
1.01.03.01	Clientes	52.020	53.386
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	54	74
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	54	74
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.350	24
1.01.07	Despesas Antecipadas	816	1.424
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.300	7.207
1.02	Ativo Não Circulante	1.727.667	1.708.489
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	442.379	426.661
1.02.01.07	Tributos Diferidos	21.740	18.534
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.740	18.534
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	420.639	408.127
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	73.395	66.341
1.02.01.10.04	Debêntures a receber - Partes Relacionadas	347.244	341.786
1.02.03	Imobilizado	17.277	18.493
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	17.277	18.493
1.02.04	Intangível	1.268.011	1.263.335
1.02.04.01	Intangíveis	1.268.011	1.263.335

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	2.063.096	1.943.957
2.01	Passivo Circulante	272.691	261.094
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.034	5.529
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.034	5.529
2.01.02	Fornecedores	11.067	15.470
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.067	15.470
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.452	11.610
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.452	11.610
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	9.452	11.610
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	187.648	173.185
2.01.04.02	Debêntures	186.524	171.614
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.124	1.571
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	1.124	1.571
2.01.05	Outras Obrigações	24.535	15.917
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	12.882	8.808
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	5.396	5.443
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	7.486	3.365
2.01.05.02	Outros	11.653	7.109
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.949	3.600
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	1.292	1.482
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	1.412	2.027
2.01.06	Provisões	34.955	39.383
2.01.06.02	Outras Provisões	34.955	39.383
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	20.253	15.438
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	14.702	23.945
2.02	Passivo Não Circulante	1.258.332	1.233.860
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.087.102	1.073.004
2.02.01.02	Debêntures	1.086.860	1.072.762
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	242	242
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	242	242
2.02.02	Outras Obrigações	10.864	11.287
2.02.02.02	Outros	10.864	11.287
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	10.864	11.287
2.02.04	Provisões	160.366	149.569
2.02.04.02	Outras Provisões	160.366	149.569
2.02.04.02.04	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	75.368	67.394
2.02.04.02.05	Provisão para Manutenção	81.841	79.060
2.02.04.02.06	Provisão para Obras Futuras	3.157	3.115
2.03	Patrimônio Líquido	532.073	449.003
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052
2.03.01.02	A Integralizar	-11.505	-11.505
2.03.02	Reservas de Capital	491	491
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	491	491
2.03.04	Reservas de Lucros	145.965	145.965
2.03.04.01	Reserva Legal	60.509	60.509

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	85.456	85.456
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	83.070	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	278.861	281.968
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-114.486	-103.822
3.03	Resultado Bruto	164.375	178.146
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.095	-12.283
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.095	-12.284
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	155.280	165.863
3.06	Resultado Financeiro	-23.212	-22.858
3.06.01	Receitas Financeiras	10.622	8.947
3.06.02	Despesas Financeiras	-33.834	-31.805
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	132.068	143.005
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-42.705	-46.476
3.08.01	Corrente	-45.911	-48.795
3.08.02	Diferido	3.206	2.319
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	89.363	96.529
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	89.363	96.529
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,33050	0,35700

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	89.363	96.529
4.03	Resultado Abrangente do Período	89.363	96.529

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	139.739	171.233
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	213.345	220.521
6.01.01.01	Lucro Líquido	89.363	96.529
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	35.151	39.874
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e intangível	16	0
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures e arrendamento mercantil	29.404	27.072
6.01.01.06	Variação monetária sobre obrigações com o Poder Concedente	0	344
6.01.01.07	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	7.960	888
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	520	789
6.01.01.09	Tributos diferidos	-3.206	-2.319
6.01.01.11	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	128	71
6.01.01.12	Provisão para manutenção	9.024	7.440
6.01.01.13	Atualização monetária de provisão p/ manutenção e construção de obras futuras	2.174	2.550
6.01.01.14	Levantamento dos depósitos judiciais	88	391
6.01.01.15	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-548	-626
6.01.01.16	Juros capitalizados	-1.211	-167
6.01.01.17	Obrigações com Poder Concedente	4.029	4.262
6.01.01.18	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	45.911	48.795
6.01.01.19	Juros ativos sobre debentures privadas	-5.458	-5.372
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-73.606	-49.288
6.01.02.01	Clientes	1.238	-1.291
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-1.326	-802
6.01.02.03	Despesas antecipadas	608	626
6.01.02.04	Outros créditos	-93	265
6.01.02.05	Fornecedores	-4.403	-3.069
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	-495	-992
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-2.158	260
6.01.02.08	Partes relacionadas - fornecedores - contas a receber	4.094	11.144
6.01.02.09	Outras contas a pagar	-1.038	-1.431
6.01.02.10	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-55.154	-43.262
6.01.02.11	Pagamento dos depósitos judiciais	-6.594	-685
6.01.02.12	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-506	-567
6.01.02.13	Pagamento de manutenção	-3.560	-5.189
6.01.02.14	Pagamento de obrigações com Poder Concedente	-4.219	-4.295
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-37.416	-23.595
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-202	-212
6.02.02	Aquisição de intangível	-37.214	-23.383
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.787	-125.407
6.03.01	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	0	-4.711
6.03.04	Pagamento de debêntures e arrendamento mercantil	-447	-179
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-944	-119.853
6.03.07	Juros pagos	-396	-664



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	100.536	22.231
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	173.353	135.740
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	273.889	157.971

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	145.965	0	0	449.003
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	145.965	0	0	449.003
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-6.293	0	-6.293
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.293	0	-6.293
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	89.363	0	89.363
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	89.363	0	89.363
5.07	Saldos Finais	302.547	491	145.965	83.070	0	532.073

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	116.585	0	0	419.623
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	116.585	0	0	419.623
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-52.889	-65.123	0	-118.012
5.04.06	Dividendos	0	0	-52.889	-59.081	0	-111.970
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.042	0	-6.042
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	96.529	0	96.529
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	96.529	0	96.529
5.07	Saldos Finais	302.547	491	63.696	31.406	0	398.140

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
7.01	Receitas	302.027	306.543
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	257.634	273.502
7.01.02	Outras Receitas	10.970	10.636
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	33.423	22.405
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-77.259	-66.777
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-70.873	-57.004
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.386	-9.773
7.03	Valor Adicionado Bruto	224.768	239.766
7.04	Retenções	-35.151	-39.874
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-35.151	-39.874
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	189.617	199.892
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.622	8.947
7.06.02	Receitas Financeiras	10.622	8.947
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	200.239	208.839
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	200.239	208.839
7.08.01	Pessoal	10.985	9.398
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.120	6.745
7.08.01.02	Benefícios	2.275	2.127
7.08.01.03	F.G.T.S.	590	526
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	65.858	71.019
7.08.02.01	Federais	52.509	56.847
7.08.02.03	Municipais	13.349	14.172
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	34.033	31.893
7.08.03.01	Juros	13.072	13.186
7.08.03.02	Aluguéis	199	88
7.08.03.03	Outras	20.762	18.619
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	89.363	96.529
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.293	6.042
7.08.04.02	Dividendos	0	59.081
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	83.070	31.406

## Comentário do Desempenho

# Ecovias dos Imigrantes anuncia os resultados do 1T19

**São Bernardo do Campo, 29 de abril de 2019** – A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019 (1T19). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 31 de março de 2018 (1T18).

\* Os somatórios podem divergir devido a arredondamentos.

### Destaques operacionais e financeiros

- ✓ O volume de tráfego atingiu 15.903 mil veículos equivalentes pagantes no 1T19.
- ✓ A receita líquida atingiu R\$278,9 milhões no 1T19. A receita líquida pró-forma totalizou R\$245,4 milhões no 1T19.
- ✓ O EBITDA pró-forma totalizou R\$199,5 milhões no 1T19, e margem de 81,3%.

Destaques (em milhões de R\$)	1T19	1T18	Var.
Volume de tráfego <sup>1</sup>	15.903	16.921	-6,0%
Tarifa Média	16,20	16,16	0,2%
Receita líquida	278,9	282,0	-1,1%
EBITDA Pró-forma <sup>2</sup>	199,5	213,2	-6,4%
Margem EBITDA Pró-forma <sup>2</sup>	81,3%	82,1%	-0,9 p.p.
Capex	42,2	29,0	45,5%

<sup>1</sup> Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

<sup>2</sup> Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

### Companhia

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias dos Imigrantes” ou “Companhia”) opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo ao porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista. O contrato de concessão para administrar seus 176,8 quilômetros de extensão, com movimento anual superior a 60 milhões de veículos equivalentes pagantes, foi firmado em 1998, com o Estado de São Paulo.

A ligação da maior cidade do País com a região turística da Baixada Santista constitui-se também no mais importante corredor de importação/exportação da América Latina, de importância vital para a economia brasileira.

O sistema Anchieta-Imigrantes é formado pelas Rodovias Anchieta (SP-150), Imigrantes (SP-160), Padre Manoel da Nóbrega (SP-055), Cônego Domênico Rangoni (SP-248/055) e duas interligações entre a Anchieta e a Imigrantes, no Planalto Paulista (SP-041) e na Baixada Santista (SP-059).

Modelo no setor de concessão rodoviária no Brasil, a Ecovias dos Imigrantes foi a primeira concessionária de rodovias do mundo a obter o Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001, sendo o Grupo EcoRodovias a única holding do setor com todas as suas concessões rodoviárias certificadas em gestão ambiental (ISO 14001), qualidade (ISO 9001) e saúde e segurança do trabalho (OHSAS 18001).

## Comentário do Desempenho

### Análise do resultado

#### Volume de tráfego

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	1T19	1T18	Var.
Leves	9.806	9.854	-0,5%
Pesados	6.097	7.067	-13,7%
<b>Total</b>	<b>15.903</b>	<b>16.921</b>	<b>-6,0%</b>
<b>Total Comparável<sup>1</sup></b>	<b>15.903</b>	<b>16.139</b>	<b>-1,5%</b>

<sup>1</sup> Desconsiderando a cobrança de pedágio para eixos suspensos.

*Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.*

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes apresentou redução de 6,0% no trimestre, impactado pelo início da isenção de cobrança de pedágio para os eixos suspensos a partir de 31 de maio de 2018. Desconsiderando esse impacto, o tráfego consolidado apresentou redução de 1,5%. A isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos será objeto de reequilíbrio contratual.

- ✓ **Veículos Leves** – redução de 0,5% no 1T19, reflexo do menor do fluxo de turistas em razão do clima desfavorável no trimestre.
- ✓ **Veículos Pesados** – redução de 13,7% no 1T19, influenciado pelo início da isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos. Excluindo esse efeito, houve queda de 1,5%, em função da redução do escoamento de safra.

#### Tarifa média

Tarifa Média (em R\$)	1T19	1T18	Var.
Ecovias dos Imigrantes	16,20	16,16	0,2%

A tarifa média por veículo equivalente pagante apresentou estabilidade no 1T19, em função da maior representatividade de tráfego nas praças de pedágio de bloqueio, que possuem tarifas menores durante o trimestre. Em julho de 2018, foi aplicado o reajuste contratual de 2,9% pelo IPCA. No caso do reajuste contratual anual dessa concessão, será aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada a cada dois anos e compensada através de extensão de prazo da concessão. O reajuste de julho de 2018 na Ecovias dos Imigrantes seria de 4,3%, caso fosse aplicado o IGP-M. Atualmente, a diferença tarifária acumulada, considerando exclusivamente a substituição do IGP-M pelo IPCA é de 4,2% e será compensada com a extensão do prazo de concessão.

#### Receita bruta

A receita bruta totalizou R\$302,0 milhões no 1T19, redução de 1,5%, sendo influenciada, principalmente, pela isenção da cobrança de pedágio para os eixos suspensos.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	1T19	1T18	Var.
Receitas de Pedágio	257,6	273,5	-5,8%
Receitas Acessórias	11,0	10,6	3,8%
Receita de Construção	33,4	22,4	49,1%
<b>Total</b>	<b>302,0</b>	<b>306,5</b>	<b>-1,5%</b>

## Comentário do Desempenho

- ✓ **Receita de Pedágio** – redução de 5,8% no 1T19, resultante, principalmente, da queda do tráfego pelo início da isenção de cobrança de pedágio para eixos suspensos, que será objeto de reequilíbrio contratual.
- ✓ **Receita Acessória** – aumento de 3,8%, em função, principalmente, de reajustes dos contratos de receitas acessórias.
- ✓ **Receita de Construção** – aumento devido ao maior nível de obras contratuais no período, em especial, o início da realização das obras do aditivo contratual na entrada de Santos.

## Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais cresceram 6,4% no 1T19 e totalizaram R\$123,6 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos e despesas operacionais caixa atingiram R\$46,0 milhões, redução de 0,9% em relação ao 1T18, comparado a inflação de 4,6% no período.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	1T19	1T18	Var.
Pessoal	11,0	9,4	16,9%
Conservação e manutenção	2,6	2,8	-5,3%
Serviços de terceiros	22,3	24,5	-9,3%
Seguros, poder concedente e locações	5,1	5,2	-1,9%
Outros	5,0	4,5	11,7%
<b>Custos caixa</b>	<b>46,0</b>	<b>46,4</b>	<b>-0,9%</b>
Depreciação e amortização	35,2	39,9	-11,8%
Provisão manutenção	9,0	7,4	21,3%
Custo de construção de obras	33,4	22,4	49,2%
<b>TOTAL</b>	<b>123,6</b>	<b>116,1</b>	<b>6,4%</b>

- ✓ **Pessoal:** aumento de 16,9%, acima do reajuste salarial de 3,9% em função do incremento de reclamações trabalhistas;
- ✓ **Conservação e manutenção:** redução de 5,3%, resultante da melhor eficiência na realização de manutenção;
- ✓ **Serviços de terceiros:** redução de 9,3%, devido à menores despesas com consultoria;
- ✓ **Seguros, poder concedente e locações:** redução de 1,9% devido à renegociação das apólices de seguros de riscos diversos;
- ✓ **Outros:** aumento de R\$0,5 milhão, reflexo do incremento dos gastos com energia elétrica;
- ✓ **Provisão para manutenção:** aumento de 21,3%, devido ao incremento do custo do CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo) na apuração dos ciclos futuros de manutenção;
- ✓ **Depreciação e amortização:** redução de 11,8%, devido à extensão do prazo de amortização;
- ✓ **Custos de construção:** aumento de R\$11,0 milhões, devido ao maior nível de obras contratuais no período, em especial, o início da realização das obras do aditivo contratual na entrada de Santos.

## EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$199,5 milhões no 1T19, com margem de 81,3%. O EBITDA, no 1T19, foi de R\$190,5 milhões (margem de 68,3%).

## Comentário do Desempenho

<b>EBITDA</b> (em milhões de R\$)	<b>1T19</b>	<b>1T18</b>	<b>Var.</b>
Lucro líquido	89,4	96,5	-7,4%
Imposto de renda e contribuição social	42,7	46,5	-8,1%
Resultado Financeiro	23,2	22,9	1,5%
Depreciação e amortização	35,2	39,9	-11,8%
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>190,4</b>	<b>205,7</b>	<b>-7,4%</b>
<b>Margem EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>68,3%</b>	<b>73,0%</b>	<b>-4,7 p.p.</b>
Provisão para manutenção <sup>2</sup>	9,0	7,4	21,3%
<b>EBITDA Pró-Forma <sup>3</sup></b>	<b>199,5</b>	<b>213,2</b>	<b>-6,4%</b>
<b>Margem EBITDA Pró-Forma <sup>3</sup></b>	<b>81,3%</b>	<b>82,1%</b>	<b>-0,8 p.p.</b>

<sup>1</sup> Cálculo realizado de acordo com a instrução CVM 527/2012.

<sup>2</sup> A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia.

<sup>3</sup> Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

### Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido no 1T19 foi negativo em R\$23,2 milhões, aumento de 1,5% em função do maior saldo devedor de debêntures, quando comparado com o 1T18.

<b>Resultado Financeiro</b> (em milhares de R\$)	<b>1T19</b>	<b>1T18</b>	<b>Var.</b>
Juros sobre Debêntures	(13,1)	(12,5)	4,4%
Varição Monetária sobre Debêntures, líquida	(14,8)	(12,6)	17,0%
Juros sobre arrendamento mercantil	(0,4)	(0,7)	-40,4%
Varição Monetária sobre Direito de Outorga	-	(0,3)	n.m.
Receitas de Aplicações Financeiras	3,4	2,6	30,6%
Ajuste a Valor Presente s/prov.para manut.	(2,2)	(2,6)	-14,7%
Outros Efeitos Financeiros	3,8	3,2	17,0%
<b>TOTAL</b>	<b>(23,2)</b>	<b>(22,9)</b>	<b>1,5%</b>

### Lucro líquido

O lucro líquido totalizou R\$89,4 milhões no 1T19, redução de 7,4% em relação ao 1T18.

### Endividamento

A Ecovias dos Imigrantes encerrou março de 2019 com saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$273,9 milhões, e endividamento bruto composto por debêntures, arrendamento mercantil e obrigações com o poder concedente de R\$1.276,0 milhões. A dívida com o poder concedente era de R\$1,3 milhão. A dívida líquida encerrou o trimestre em R\$1.002,2 milhões com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA Pró-forma de 1,3x. Para mais informações do endividamento da Companhia, vide notas explicativas.



## Comentário do Desempenho

Endividamento (em milhões de R\$)	31/03/2019	31/12/2018	Var.
<b>Curto Prazo</b>	<b>187,6</b>	<b>173,2</b>	<b>8,4%</b>
Debêntures	186,5	171,6	8,7%
Arrendamento Mercantil	1,1	1,6	-28,5%
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.087,1</b>	<b>1.073,0</b>	<b>1,3%</b>
Debêntures	1.086,9	1.072,8	1,3%
Arrendamento Mercantil	0,2	0,2	0,0%
<b>Endividamento Financeiro Bruto<sup>1</sup></b>	<b>1.274,8</b>	<b>1.246,2</b>	<b>2,3%</b>
Obrigações com Poder Concedente	1,3	1,5	-12,8%
<b>Endividamento Bruto</b>	<b>1.276,0</b>	<b>1.247,7</b>	<b>2,3%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	273,9	173,4	58,0%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>1.002,2</b>	<b>1.074,3</b>	<b>-6,7%</b>
<b>Endividamento Financeiro Líquido<sup>1</sup></b>	<b>1.000,9</b>	<b>1.072,8</b>	<b>-6,7%</b>

<sup>1</sup> Exclui obrigações com Poder Concedente

## Capex

O Capex realizado pela Ecovias dos Imigrantes totalizou R\$42,2 milhões no 1T19. Os principais investimentos realizados foram em obras contratuais no período, em especial, o início da realização das obras do aditivo contratual na entrada de Santos.

CAPEX (em milhares de R\$)	1T19		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecovias dos Imigrantes	38,6	3,6	42,2

## Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2019: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2019 totalizaram R\$230,4 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

\*\*\*\*\*

## Notas Explicativas

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias" ou "Companhia") iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5.

A exploração da concessão tinha prazo inicial de 20 anos sendo, posteriormente postergado por mais 96 meses e 4 dias, mediante a cobrança de pedágios, a concessão consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. O contrato de concessão possui vigência em junho de 2026. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 16.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2019 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 23 de abril de 2019.

### 2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018"), publicadas no dia 15 de março de 2019 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário do Grande ABC e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [www.ecorodovias.com.br](http://www.ecorodovias.com.br).

### 3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, houve alterações após a aplicação do CPC06 (R2) operações de arrendamento mercantil, conforme descrito a seguir:

O CPC06 (R2) passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

## Notas Explicativas

O CPC06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia optou pela adoção da abordagem retrospectiva completa como método de transição em 1º de janeiro de 2019, com efeitos desde o início do primeiro período praticável e consequentemente, os períodos comparativos estão sendo rerepresentados.

A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a CPC 06 (R2). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou o CPC06 (R2) apenas para os contratos vigentes 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos.

Em conformidade com o CPC06 (R2), a Companhia optou também por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo, que são contratos com duração máxima de 12 meses) e de baixo valor, que são contratos cujo valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a R\$10 mil (considerado pela Companhia).

Os impactos mais significativos identificados pela adoção do CPC06 (R2) nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais:

- Arrendamento de máquinas, equipamentos e imóveis.

Adicionalmente, o CPC06 (R2) substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da CPC06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos na Nota Explicativa nº 11.

A Companhia aplicou os requerimentos da CPC06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

**Notas Explicativas**

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	31/12/2018	CPC 06 (R2)	01/01/2019	31/12/2017	CPC 06 (R2)	01/01/2018
<b>CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	173.353	-	173.353	135.740	-	135.740
Clientes	53.386	-	53.386	61.964	-	61.964
Tributos a recuperar	24	-	24	1	-	1
Despesas antecipadas	1.424	-	1.424	1.372	-	1.372
Partes relacionadas	74	-	74	58	-	58
Outros créditos	7.207	-	7.207	2.825	-	2.825
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>235.468</b>	<b>-</b>	<b>235.468</b>	<b>201.960</b>	<b>-</b>	<b>201.960</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Tributos diferidos	18.534	-	18.534	27.831	-	27.831
Depósitos judiciais	66.341	-	66.341	66.884	-	66.884
Partes relacionadas	341.786	-	341.786	320.059	-	320.059
Outros créditos	-	-	-	82	-	82
Imobilizado	18.493	-	18.493	22.137	-	22.137
Intangível	1.261.522	1.813	1.263.335	1.243.628	2.857	1.246.485
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.706.676</b>	<b>1.813</b>	<b>1.708.489</b>	<b>1.680.621</b>	<b>2.857</b>	<b>1.683.478</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.942.144</b>	<b>1.813</b>	<b>1.943.957</b>	<b>1.882.581</b>	<b>2.857</b>	<b>1.885.438</b>
<b>PASSIVO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>						
Fornecedores	15.470	-	15.470	14.899	-	14.899
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-
Debêntures	171.614	-	171.614	30.605	-	30.605
Arrendamento Mercantil	-	1.571	1.571	-	2.129	2.129
Impostos, taxas e contribuições a recolher	11.610	-	11.610	10.868	-	10.868
Obrigações sociais e trabalhistas	5.529	-	5.529	6.024	-	6.024
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	3.600	-	3.600	3.610	-	3.610
Partes relacionadas	8.808	-	8.808	5.831	-	5.831
Obrigações com Poder Concedente	1.482	-	1.482	7.830	-	7.830
Provisão para imposto de renda e contribuição social	23.945	-	23.945	11.430	-	11.430
Provisão para manutenção	15.438	-	15.438	34.693	-	34.693
Outras contas a pagar	2.027	-	2.027	4.693	-	4.693
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>259.523</b>	<b>1.571</b>	<b>261.094</b>	<b>130.483</b>	<b>2.129</b>	<b>132.612</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-
Debêntures	1.072.762	-	1.072.762	1.163.687	-	1.163.687
Arrendamento Mercantil	-	242	242	-	728	728
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	67.394	-	67.394	74.395	-	74.395
Provisão para manutenção	79.060	-	79.060	83.753	-	83.753
Provisão para construção de obras futuras	3.115	-	3.115	2.945	-	2.945
Outras contas a pagar	11.287	-	11.287	7.695	-	7.695
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.233.618</b>	<b>242</b>	<b>1.233.860</b>	<b>1.332.475</b>	<b>728</b>	<b>1.333.203</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
<b>Capital social</b>						
Subscrito	314.052	-	314.052	314.052	-	314.052
A integralizar	(11.505)	-	(11.505)	(11.505)	-	(11.505)
Reserva de lucros - legal	60.509	-	60.509	60.509	-	60.509
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	85.456	-	85.456	56.076	-	56.076
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	491	-	491	491	-	491
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>449.003</b>	<b>-</b>	<b>449.003</b>	<b>419.623</b>	<b>-</b>	<b>419.623</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.942.144</b>	<b>1.813</b>	<b>1.943.957</b>	<b>1.882.581</b>	<b>2.857</b>	<b>1.885.438</b>

**Notas Explicativas**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31/03/2018	CPC 06 (R2)	31/03/2018
RECEITA LÍQUIDA	281.968	-	281.968
Custo dos serviços prestados	(104.273)	451	(103.822)
LUCRO BRUTO	177.695	451	178.146
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	(12.284)	-	(12.284)
Outras receitas (despesas), líquidas	1	-	1
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	165.412	451	165.863
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	8.947	-	8.947
Despesas financeiras	(31.141)	(664)	(31.805)
	(22.194)	(664)	(22.858)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	143.218	(213)	143.005
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	(48.795)	-	(48.795)
Diferidos	2.246	73	2.319
	(46.549)	73	(46.476)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	96.669	(140)	96.529
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	0,35752	-	0,35700
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	31/03/2018	CPC 06 (R2)	31/03/2018
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	96.669	(140)	96.529
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	96.669	(140)	96.529

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Capital social	Reservas de capital, Opções Outorgadas e Ações em tesouraria	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	302.547	491	60.509	56.076	-	419.623
Dividendos distribuídos	-	-	-	(52.889)	(59.081)	(111.970)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(6.042)	(6.042)
Lucro do período	-	-	-	-	96.529	96.529
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018	302.547	491	60.509	3.187	31.406	398.140

**Notas Explicativas**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31/03/2018	CPC 06 (R2)	31/03/2018
RECEITAS	306.543	-	306.543
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(66.777)	-	(66.777)
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO BRUTO	239.766	-	239.766
RETENÇÕES	(39.482)	(392)	(39.874)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	200.284	(392)	199.892
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	8.947	-	8.947
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	209.231	(392)	208.839
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	209.231	(392)	208.839
PESSOAL	9.398	-	9.398
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	71.092	(73)	71.019
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	32.072	(179)	31.893
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	96.669	(140)	96.529

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	31/03/2018	CPC 06 (R2)	31/03/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	170.390	843	171.233
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(23.595)	-	(23.595)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(124.564)	(843)	(125.407)

**4. RECLASSIFICAÇÃO**

A administração da Companhia realizou a reclassificação de R\$4.295 entre as rubricas "Caixa líquido nas atividades de financiamento" e "Variação nos ativos e passivos" para o período findo em 31 de março de 2018. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Pagamento ao poder concedente".

	Originalmente Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Caixa líquido nas atividades de financiamento			
Pagamento de obrigações ao Poder Concedente	(9.006)	4.295	(4.711)
Variações nos ativos e passivos			
Pagamento de obrigações ao Poder Concedente	-	(4.295)	(4.295)
	<u>(9.006)</u>	<u>-</u>	<u>(9.006)</u>

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/03/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	6.177	4.709
Aplicações financeiras		
Fundo de investimento (a)	266.183	158.175
Aplicações automáticas (b)	1.529	10.469
	<u>273.889</u>	<u>173.353</u>

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

## Notas Explicativas

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de março de 2019 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,82% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 1,17% em Operações Compromissadas, 1,22% em Letra Financeira (LF), 66,79% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 29,9% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 6,5% em Operações Compromissadas, 1,2% em Letra Financeira (LF), 62,4% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 99,2% em 31 de março de 2019 (99,1% em 31 de dezembro de 2018) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis.

### 6. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	31/03/2019	31/12/2018
Pedágio eletrônico (a)	48.480	49.845
Receitas acessórias (b)	4.443	4.316
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c)	(903)	(775)
	<u>52.020</u>	<u>53.386</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada período para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/03/2019	31/12/2018
A vencer	51.264	52.905
Vencidos:		
Até 30 dias	646	222
De 31 a 90 dias	92	235
De 91 a 120 dias	18	24
Acima de 120 dias	903	775
	<u>52.923</u>	<u>54.161</u>

## Notas Explicativas

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Saldo no início do período	775	434
Constituição de PECLD	132	278
Valores recuperados	(4)	(207)
Saldo no fim do período	<u>903</u>	<u>505</u>

### 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Saldo no início do período	66.341	66.884
Adições	6.594	685
Baixas	(88)	(391)
Atualização monetária	548	626
Saldo no fim do período	<u>73.395</u>	<u>67.804</u>

A natureza dos depósitos judiciais são:

<u>Natureza</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Cível	3.744	3.032
Tributário	5.360	9.394
Trabalhista	5.601	5.441
Meio Ambiente	58.674	49.937
Desapropriações	16	-
	<u>73.395</u>	<u>67.804</u>



## Notas Explicativas

## 8. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %		Taxa média ponderada de depreciação %	Custo		Depreciação		Residual		
	31/12/2018	31/03/2019		Saldos em 31/12/2018	Saldos em 31/03/2019	Adições 31/03/2019	Saldos em 31/12/2018	Adições 31/03/2019	Saldos em 31/12/2018	Residual 31/12/2017
	Adições	Adições		Adições	Adições	Adições	Adições	Adições	Adições	Adições
<i>Hardwares</i>	20,0	3,3	112.363	112.539	(104.327)	(932)	(105.259)	7.280	8.036	
Máquinas e equipamentos	10,0	5,2	20.607	20.607	(15.332)	(267)	(15.599)	5.008	5.275	
Móveis e utensílios	10,0	6,1	6.782	6.808	(5.317)	(103)	(5.420)	1.388	1.465	
Terrenos	-	-	3.304	3.304	-	-	-	3.304	3.304	
Veículos	20,0	9,2	5.057	5.057	(4.644)	(116)	(4.760)	297	413	
			<u>148.113</u>	<u>148.315</u>	<u>(129.620)</u>	<u>(1.418)</u>	<u>(131.038)</u>	<u>17.277</u>	<u>18.493</u>	
	Taxa anual de depreciação %		Taxa média ponderada de depreciação %	Custo		Depreciação		Residual		
31/12/2017	31/03/2018	Saldos em 31/12/2017		Saldos em 31/03/2018	Adições 31/12/2017	Saldos em 31/03/2018	Adições 31/12/2017	Saldos em 31/03/2018	Residual 31/12/2017	
Adições	Adições	Adições		Adições	Adições	Adições	Adições	Adições	Adições	
<i>Hardwares</i>	20,0	4,1	109.742	109.885	(99.920)	(1.138)	(101.058)	8.827	9.822	
Máquinas e equipamentos	10,0	5,9	19.868	19.930	(14.213)	(296)	(14.509)	5.421	5.655	
Móveis e utensílios	10,0	6,3	6.436	6.443	(4.917)	(102)	(5.019)	1.424	1.519	
Terrenos	-	-	3.304	3.304	-	-	-	3.304	3.304	
Veículos	20,0	11,1	5.054	5.054	(4.090)	(140)	(4.230)	824	964	
Outros	-	-	873	873	-	-	-	873	873	
			<u>145.277</u>	<u>145.489</u>	<u>(123.140)</u>	<u>(1.676)</u>	<u>(124.816)</u>	<u>20.673</u>	<u>22.137</u>	

Em 31 de março de 2019 e de 2018 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de qualquer natureza. Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 11) não existem garantias dessa natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no trimestre findo em 31 de março de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## Notas Explicativas

## 9. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	Taxa média ponderada de amortização %	Custo				Amortização				Residual		
			Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixa	Transf. CPC06 (R2)	Adoção CPC06 (R2)	Saldos em 31/12/2018	Saldos em 31/03/2019	Adições	Saldos em 31/03/2019	31/12/2018 Ajustado (*)	31/03/2019 Ajustado (*)
Contratos de concessão (i)	-	(ii)	2.605.422	4.390	(16)	21.776	-	2.631.572	(1.408.883)	(33.012)	(1.441.895)	1.189.677	1.196.539
Softwares de terceiros	20,0	6,4	9.575	4	-	-	9.579	(8.236)	(154)	(8.390)	1.189	1.339	
Intangível em andamento (iii)	-	-	63.644	34.031	-	(21.776)	75.899	-	-	-	75.899	63.644	
Direito de uso - CPC06 (R2) (iv)	-	-	-	-	-	-	1.813	(567)	(567)	-	1.246	1.813	
			<u>2.678.641</u>	<u>38.425</u>	<u>(16)</u>	<u>-</u>	<u>2.718.863</u>	<u>(1.417.119)</u>	<u>(33.733)</u>	<u>(1.450.852)</u>	<u>1.268.011</u>	<u>1.263.335</u>	

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo				Amortização				Residual	
			Saldos em 31/12/2017	Adições	Adoção CPC06 (R2)	Saldos em 31/03/2018 Ajustado (*)	Saldos em 31/12/2017	Adições	Adições	Saldos em 31/03/2018 Ajustado (*)	31/12/2017 Ajustado (*)	31/12/2017 Ajustado (*)
Contratos de concessão	-	(ii)	2.518.483	4.877	2.523.360	(1.285.521)	(37.619)	(1.323.140)	1.200.220	1.232.962	1.232.962	
Softwares de terceiros	20,0	8,1	9.204	54	9.258	(7.518)	(187)	(7.705)	1.553	1.686		
Intangível em andamento	-	-	8.980	18.619	27.599	-	-	27.599	8.980	8.980		
Direito de uso - CPC06 (R2) (iv)	-	-	-	-	2.857	(392)	(392)	-	2.465	2.857		
			<u>2.536.667</u>	<u>23.550</u>	<u>2.563.074</u>	<u>(1.293.039)</u>	<u>(38.198)</u>	<u>(1.331.237)</u>	<u>1.231.837</u>	<u>1.246.485</u>		

(\*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de março de 2019, as principais adições nesta rubrica referem-se a: recuperação de pavimento rígido, sinalização horizontal, recuperação da infraestrutura viária e serviços de contenção nas encostas no Sistema Anchieta-Imigrantes.

(ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de março de 2019 foram 5,02% a.a. (5,97% a.a. em 31 de março de 2018).

(iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no período findo em 31 de março de 2019 referem-se a: implantação da conexão Porto-Cidade em Santos.

(iv) Vide Nota Explicativa nº12

No período findo em 31 de março de 2019, foram capitalizados R\$1.211 referente a encargos financeiros (R\$167 em 31 de março de 2019) de financiamentos vinculados a intangível em andamento. A taxa média de capitalização para o período findo em 31 de março de 2019 é de 6,05%a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 1,70%a.a. para o período findo em 31 de março de 2018.

## Notas Explicativas

### 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

#### a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanco patrimonial			Resultado	
	31/12/2018	Adições	Baixas	31/03/2019	31/03/2019
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	4.512	436	(122)	4.826	314
Outros	122	33	-	155	33
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	132	24	-	156	24
Provisão para manutenção	32.129	3.793	(1.210)	34.712	2.583
Juros capitalizados	(864)	(412)	16	(1.260)	(396)
Efeito Lei 12.973 - Extinção RTT	(17.497)	-	648	(16.849)	648
IR e CS diferido - ativo (i)	18.534	3.874	(668)	21.740	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					3.206

(i) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$21.740 no ativo não circulante.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	31/03/2019	31/12/2018
2019	4.653	4.038
2020	4.499	3.914
2021	3.717	3.255
2022	3.717	3.255
2023	3.717	3.256
Posteriores a 2023	1.437	816
	21.740	18.534

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias.

**Notas Explicativas**

## b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período findo em 31 de março de 2019 os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/03/2019	31/03/2018 Ajustado (*)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	132.068	143.005
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(44.903)	(48.621)
Juros sobre o capital próprio	2.140	2.054
Despesas indedutíveis	(2)	(2)
Gratificações diretores	(25)	(22)
Incentivos fiscais (PAT)	134	126
Outros	(49)	(11)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(42.705)</u>	<u>(46.476)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(45.911)	(48.795)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	3.206	2.319
Taxa efetiva	32,3%	32,5%

(\*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

## c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	31/03/2019	31/03/2018
Saldo no início do período provisão IR/CS	23.945	11.430
Despesa IR/CS DRE	45.911	48.795
Total de IR/CS pagos	<u>(55.154)</u>	<u>(43.262)</u>
Saldo no fim do período provisão IR/CS	<u>14.702</u>	<u>16.963</u>

## 11. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa de juros	31/03/2019	31/12/2018
2ª Emissão	04/2024	IPCA+3,8%a.a./IPCA+4,28%a.a.	<u>1.273.384</u>	<u>1.244.376</u>
Circulante			186.524	171.614
Não Circulante			1.086.860	1.072.762

## Notas Explicativas

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/03/2019	31/03/2018
Saldo no início do período	1.244.376	1.194.292
Pagamento de juros	-	-
Encargos financeiros e variação monetária (vide Nota Explicativa nº 21)	29.008	26.408
Saldo no fim do período	<u>1.273.384</u>	<u>1.220.700</u>

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881 milhões com atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200 milhões, com juros remuneratórios de 3,80%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;
- (ii) 2ª série - R\$681 milhões, com juros remuneratórios de 4,28%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

A Companhia possui contratos com cláusulas ("covenants") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤3,5 x	1,32x
	Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	>2,0x	9,17x

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/03/2019			31/12/2018		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2020	140.219	(1.674)	138.545	138.543	(2.684)	135.859
2021	-	(2.885)	(2.885)	-	(2.885)	(2.885)
2022	318.275	(2.065)	316.210	314.471	(2.066)	312.405
2023	318.275	(1.200)	317.075	314.471	(1.200)	313.271
2024	318.347	(432)	317.915	314.543	(431)	314.112
	<u>1.095.116</u>	<u>(8.256)</u>	<u>1.086.860</u>	<u>1.082.028</u>	<u>(9.266)</u>	<u>1.072.762</u>

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Custos com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
1ª série	15/04/2013	200.000	(6.890)	193.110	IPCA + 3,80% a.a.	9,80% a.a.
2ª série	15/04/2013	681.000	(23.462)	657.538	IPCA + 4,28% a.a.	9,68% a.a.
		<u>881.000</u>	<u>(30.352)</u>	<u>850.648</u>		

## Notas Explicativas

### 12. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	1.366	1.813
Circulante	1.124	1.571
Não circulante	242	242

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Adoção inicial CPC06 (R2) (vide Nota Explicativa nº 3)	1.813	2.857
Encargos financeiros	396	664
Pagamento principal	(447)	(179)
Pagamento de juros	(396)	(664)
	<u>1.366</u>	<u>2.678</u>

### 13. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

## Notas Explicativas

Em 31 de março de 2019, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante Intangível	Circulante	Receita	Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	-	-	5.377	-	13.624	3.938
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora	51	-	-	76	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora	-	347.244	-	5.458	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Controladora	3	-	19	-	-	-
CBB Ind. e Com de Asfaltos e Eng. Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	-	85	-	-	-	-
TB Transportadora de Betumes Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	-	2	-	-	-	-
Consórcio Binário Porto de Santos (f)	Outras partes relacionadas	-	19.732	7.486	-	-	-
Total em 31 de março de 2019		54	367.063	12.882	5.534	13.624	3.938
Total em 31 de dezembro de 2018		74	371.923	8.808			
Total em 31 de março de 2018					5.441	12.291	6.332

- (a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$70.251. O saldo em aberto de R\$5.377 em 31 de março de 2019 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (b) Locação do prédio administrativo para a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Em 31 de março de 2019, o valor mensal da locação é de R\$25 (R\$25 em 31 de dezembro de 2018).
- (c) Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirográfica, para colocação "Privada" em série única da controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no valor nominal total de R\$300 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,5% do CDI over. Os juros e o principal serão pagos em parcela única na data do seu vencimento 12 de abril de 2025.
- (d) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores.
- (e) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., pertencentes aos acionistas da CR Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, prestam serviço de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$28.429. O prazo para execução desses trabalhos é 31 de maio de 2020. Em 31 de março de 2019, não há saldo em aberto (de serviços já realizados).
- (f) O Consórcio Binário Porto de Santos, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda., presta serviço de implantação da conexão Porto-Cidade entre o KM 60 e KM 65+600 da SP 150, municípios de Santos e Cubatão. O preço global firmado é de R\$184.837 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de novembro de 2020. Em 31 de março de 2019, o saldo em aberto de R\$7.486 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

## Notas Explicativas

Em 31 de março de 2019, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Em 31 de março de 2019, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2019 em R\$1.726 (R\$1.707 em 31 de dezembro de 2018).

A remuneração dos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Remuneração (fixa/variável)	515	540
Remun. baseada em ações ( <i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i> )	72	36
Seguro de vida	1	1
Assistência saúde	16	14
Previdência privada	14	12
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo prazo - ILP ( <i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i> ))	65	48
	<u>683</u>	<u>651</u>

## 14. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 7,90% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	<u>31/03/2019</u>
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 20)	551.195	12.233	-	-	563.428
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 20)	(95.486)	(3.209)	-	-	(98.695)
Realização da manutenção	(426.265)	-	(3.560)	-	(429.825)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 21)	65.054	-	-	2.132	67.186
	<u>94.498</u>	<u>9.024</u>	<u>(3.560)</u>	<u>2.132</u>	<u>102.094</u>
Circulante	15.438				20.253
Não circulante	79.060				81.841



**Notas Explicativas**

	31/12/2017	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2018
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 20)	527.336	9.360	-	-	536.696
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 20)	(86.601)	(1.920)	-	-	(88.521)
Realização da manutenção	(377.312)	-	(5.189)	-	(382.501)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 21)	55.023	-	-	2.507	57.530
	<u>118.446</u>	<u>7.440</u>	<u>(5.189)</u>	<u>2.507</u>	<u>123.204</u>
Circulante	34.693				32.011
Não circulante	83.753				91.193

**15. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS**

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível. Os valores são ajustados a valor presente à taxa de 9,50% ao ano, correspondentes à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	Efeito financeiro	31/03/2019
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 21)	5.485	42	5.527
	<u>3.115</u>	<u>42</u>	<u>3.157</u>
Não circulante	3.115		3.157

  

	31/12/2017	Efeito financeiro	31/03/2018
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 21)	5.315	43	5.358
	<u>2.945</u>	<u>43</u>	<u>2.988</u>
Não circulante	2.945		2.988

**Notas Explicativas****16. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE**

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Parcelas variáveis	<u>1.292</u>	<u>1.482</u>

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em um percentual de 1,5% da receita de arrecadação de pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Saldo no início do período	1.482	7.830
Varição monetária (vide Nota Explicativa nº 21)	-	344
Custo (vide Nota Explicativa nº 20)	4.029	4.262
Pagamento principal e atualização	<u>(4.219)</u>	<u>(9.006)</u>
Saldo no fim do período	<u>1.292</u>	<u>3.430</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de março de 2019, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	<u>Previsão de 2018 ao fim da concessão</u>	
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Natureza dos custos:</u>		
Melhorias na infraestrutura	249.068	277.598
Conservação especial (manutenção)	178.519	179.458
Equipamentos	<u>55.009</u>	<u>54.393</u>
	<u>482.596</u>	<u>511.449</u>

Em 24 de abril de 2018, a Ecovias dos Imigrantes assinou com Artesp um aditivo contratual, que incluiu obras no valor de R\$270 milhões no contrato de concessão, que será reequilibrado pelo fluxo de caixa marginal, com extensão do prazo da concessão em 7 meses e 24 dias.

**17. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS**

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (b)</u>	<u>Tributárias (c)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2019	57.651	3.870	5.873	67.394
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	7.056	897	7	7.960
(-) Pagamentos	(56)	(447)	(3)	(506)
(+) Atualização monetária	603	280	(363)	520
Saldos em 31 de março de 2019	<u>65.254</u>	<u>4.600</u>	<u>5.514</u>	<u>75.368</u>
	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (b)</u>	<u>Tributárias (c)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2018	61.094	4.671	8.630	74.395
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	725	(47)	210	888
(-) Pagamentos	(547)	(20)	-	(567)
(+) Atualização monetária	881	(102)	10	789
Saldos em 31 de março de 2018	<u>62.153</u>	<u>4.502</u>	<u>8.850</u>	<u>75.505</u>

## Notas Explicativas

### (a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de março de 2019, R\$26.917 (R\$22.645 em 31 de dezembro de 2018), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- A principal causa provável é uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Companhia não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 9 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Foi interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando a correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação dos juros de mora. Em 29 de março de 2019, diante da decisão que reconheceu que a correção monetária foi considerada no valor já depositado e delimitou a data para a aplicação dos juros, a Ecovias realizou o depósito complementar de R\$6.522. Em 30 de setembro de 2014, em razão da probabilidade de perda provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 31 de março de 2019, incluindo o valor do depósito complementar de R\$6.522, é de R\$58.674 (R\$51.649 em 31 de dezembro de 2018), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

### (b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 31 de março de 2019, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$15.752 (R\$17.524 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

### (c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de março de 2019, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$28.346 (R\$27.216 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

## Notas Explicativas

### 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito é de R\$314.052 e representado por 270.386.120 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505.

#### b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

#### c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a reserva de lucros legal atingiu o limite de 20% do capital social no montante de R\$60.509.

#### d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio pagos no período findo em 31 de março de 2019 de R\$944 refere-se a IRRF sobre juros sobre capital próprio do exercício de 2019 (dos R\$6.293 contabilizados). O saldo de R\$8.949 de juros sobre capital próprio está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses.

### 19. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	94.838	101.377
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	145.949	152.863
Vale-pedágio	16.829	19.180
Outras	18	82
	<u>257.634</u>	<u>273.502</u>
Receitas com construção (b)	33.423	22.405
Receitas acessórias (c)	10.970	10.636
	<u>44.393</u>	<u>33.041</u>
Receita bruta	302.027	306.543
Deduções de receita	<u>(23.166)</u>	<u>(24.575)</u>
Receita líquida	<u>278.861</u>	<u>281.968</u>

**Notas Explicativas**

- a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

	31/03/2019	31/03/2018
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	257.634	273.502
Receitas acessórias	10.970	10.636
	<u>268.604</u>	<u>284.138</u>
<u>Deduções</u>		
COFINS (3%)	(8.058)	(8.524)
PIS (0,65%)	(1.746)	(1.847)
ISS (2% a 5%)	(13.349)	(14.172)
Abatimentos	(13)	(32)
	<u>(23.166)</u>	<u>(24.575)</u>

**20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	31/03/2019	31/03/2018 Ajustado (*)
Pessoal	10.985	9.398
Conservação e manutenção	2.618	2.764
Serviços de terceiros (**)	22.274	24.545
Seguros	880	855
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 16)	4.029	4.262
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 14)	9.024	7.440
Custo de construção de obras	33.423	22.405
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 8 e nº 9 )	35.151	39.874
Locações de imóveis e máquinas	199	88
Outros custos e despesas operacionais	4.998	4.475
	<u>123.581</u>	<u>116.106</u>
 Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	114.486	103.822
Despesas gerais e administrativas	9.095	12.284
	<u>123.581</u>	<u>116.106</u>

(\*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

(\*\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

**Notas Explicativas****21. RESULTADO FINANCEIRO**

	31/03/2019	31/03/2018 Ajustado (*)
<b>Receitas financeiras:</b>		
Receita de aplicações financeiras	3.400	2.603
Variação monetária sobre créditos fiscais	548	626
Juros ativos sobre debêntures privadas	5.458	5.372
Juros Capitalizados	1.211	167
Outros	5	179
	<u>10.622</u>	<u>8.947</u>
Juros sobre debêntures	(13.072)	(12.522)
Variação monetária sobre debêntures	(14.764)	(12.624)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	(344)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.172)	(1.262)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e para construção de obras futuras	(2.174)	(2.550)
Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(520)	(789)
Juros sobre arrendamento mercantil – CPC06 (R2)	(396)	(664)
Outras	(1.736)	(1.050)
	<u>(33.834)</u>	<u>(31.805)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(23.212)</u>	<u>(22.858)</u>

(\*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

**22. LUCRO POR AÇÃO****a) Lucro básico por ação**

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/03/2019	31/03/2018 Ajustado (*)
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	89.363	96.529
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	270.386	270.386
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,33</u>	<u>0,36</u>

(\*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

**b) Lucro diluído por ação**

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A..

## Notas Explicativas

### 23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

#### Índices de endividamento

	31/03/2019	31/12/2018 Ajustado (*)
Dívida (a)	1.276.042	1.247.671
Caixa e equivalentes de caixa	(273.889)	(173.353)
Dívida líquida	<u>1.002.153</u>	<u>1.074.318</u>
Patrimônio líquido (b)	<u>532.073</u>	<u>449.003</u>
Índice de endividamento líquido	<u>1,88</u>	<u>2,39</u>

(\*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

- (a) A dívida é definida como debêntures, arrendamento mercantil e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 11, 12 e 16.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

#### Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa de 99,2% do CDI em 31 de março de 2019, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (99,1% do CDI em 31 de dezembro de 2018).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures, arrendamento mercantil e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

## Notas Explicativas

### Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2019 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
<b>Ativos:</b>			
	Valor justo através do		
Caixa e bancos (ii)	resultado	6.177	6.177
Clientes (i)	Custo amortizado	52.020	52.020
	Valor justo através do		
Aplicações financeiras (ii)	resultado	267.712	267.712
<b>Passivos:</b>			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	11.067	11.067
Debêntures (iii)	Custo amortizado	1.273.384	1.273.384
Arrendamento mercantil (iii)	Custo amortizado	1.366	1.366
Obrigações com Poder Concedente (iii)	Custo amortizado	1.292	1.292
<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i> (iv)	Custo amortizado	298	298

- (i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) As debêntures, Arrendamento mercantil e obrigações com Poder Concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) O valor do *Phantom Stock Option/Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

### Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	<i>Capex</i> , desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
<i>Compliance</i>	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).



## Notas Explicativas

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que esta se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

### a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

#### (i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

## Notas Explicativas

### b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2019, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$36.433 (R\$38.649 em 31 de dezembro de 2018), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

### c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	156.785	145.908	-	-
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	81.569	43.690	45.752	1.162.893
		<u>238.354</u>	<u>189.598</u>	<u>45.752</u>	<u>1.162.893</u>

## Análise de sensibilidade

### Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IPCA, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	16.895	21.119	25.343
Juros sobre as debêntures (b)	Alta do IPCA	(97.430)	(97.981)	(98.533)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(80.535)</u>	<u>(76.862)</u>	<u>(73.190)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

## Notas Explicativas

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	8,0%	10,0%	12,0%
IPCA (b)	3,8%	4,7%	5,6%

*Fonte: Focus Relatório de Mercado – Expectativas de mercado, 29 de março de 2019.*

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

### 24. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

#### b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

São Bernardo do Campo - SP

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo IASB, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de abril de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt

Contador

CRC nº 1 SP 276957/O-4

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2019.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Rui Juarez Klein

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2019.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Rui Juarez Klein

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores